

## **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, e **AMARILDO RICARDO FORTES DOS SANTOS**, já qualificado, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2016.00006707-6, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, pelo artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 e também pelo artigo 25, § 2º, do Ato n. 395/2018 da Procuradoria-Geral de Justiça, e:

**Considerando** que, a teor do artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, o "*Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*".

**Considerando** que dentre as funções institucionais do Ministério Público destaca-se promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, III, da Constituição da República), disciplinada, no Estado de Santa Catarina, pelo Ato n. 395/2018 da Procuradoria-Geral de Justiça.

**Considerando** que de acordo com o § 1º do artigo 17 da Lei n. 8.429/92, é possível a celebração de acordo de não persecução cível nos casos de improbidade administrativa;

**Considerando**, igualmente, que o § 2º do artigo 25 do Ato n. 395/2018 da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado em 11 de junho de 2018, autoriza expressamente a celebração de compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, desde que haja o ressarcimento ao erário e a aplicação de, pelo menos, uma das sanções previstas na Lei n. 8.429/92.

**Considerando** que nos autos do Inquérito Civil antes referido foi apurado que **Amarildo Ricardo Fortes dos Santos** praticou conduta que, em tese, caracteriza violação aos princípios administrativos da legalidade, impessoalidade e moralidade, porque, na qualidade de servidor público do Município de Bom Jesus, utilizou ambulância, para fins pessoais, situação evidenciada na instrução da Ação Penal n. 0002049-66.2016.8.24.0080;

**Considerando**, de outra parte, que o Conselho Nacional do Ministério Público recomenda que *"sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade."* (§ 2º do artigo 1º da Recomendação n. 54/2017 - grifo nosso).

**Considerando** que é tida como resolutiva *"a atuação pela via extrajudicial ou judicial quando a respectiva solução for efetivada, não bastando para esse fim apenas o acordo celebrado ou o provimento judicial favorável, ainda que transitado em julgado"* (§ 3º do artigo 1º da Recomendação n. 54/2017).

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

**Cláusula 1ª** - O presente Compromisso de Ajustamento de Conduta destina-se a encerrar o Inquérito Civil n. 06.2016.00006707-6, evitando-se discussão judicial sobre violação aos princípios administrativos da legalidade, da impessoalidade e da moralidade na conduta de **Amarildo Ricardo Fortes dos Santos**, consistente em utilizar a ambulância do Município de Bom Jesus para fins pessoais.

**Cláusula 2ª** - **Amarildo Ricardo Fortes dos Santos** compromete-se a pagar a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), correspondente à reparação dos danos patrimoniais causados à Administração Pública pelo indevido uso do veículo.

**Parágrafo primeiro** — o valor será destinado para **o Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus, CNPJ n. 11.391.482/0001-74, conta 8562-6, agência 3075, Sicoob/Credimoc (756)**, devendo ser pago em 5 (cinco) parcelas sucessivas de R\$ 100,00 (cem reais) cada, vendendo a primeira 30 (trinta) dias depois da homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público do arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2016.00006707-6;

**Parágrafo segundo** — para comprovação do cumprimento desta obrigação, **Amarildo Ricardo Fortes dos Santos** obriga-se a apresentar a esta Promotoria

3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

de Justiça cópia do boleto bancário devidamente quitado em até 10 (dez) dias após a data do vencimento da parcela.

**Cláusula 3ª – Amarildo Ricardo Fortes dos Santos**, a título de multa civil, compromete-se a pagar a quantia equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos mil reais);

**Parágrafo primeiro** – o valor será destinado ao **Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados**, a ser paga, mediante boleto bancário, em 5 (cinco) parcelas, de R\$ 100,00 (cem reais) cada, vencendo a primeira 30 (trinta) dias depois do vencimento da última parcela estabelecida no Parágrafo primeiro da Cláusula 2ª deste Termo;

**Parágrafo segundo** – para a comprovação do cumprimento desta obrigação, **Amarildo Ricardo Fortes dos Santos** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia do boleto bancário devidamente quitado em até 10 (dez) dias após a data do vencimento da parcela

**Cláusula 4ª** - Na hipótese de atraso não justificado no cumprimento das obrigações assumidas nas Cláusulas 2ª e 3ª por prazo superior a 30 (trinta) dias, contados da data do vencimento, **Amarildo Ricardo Fortes dos Santos** incorrerá em multa, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para cada atraso, cujo montante será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas por conta de sua inadimplência.

**Cláusula 5ª: O Ministério Público do Estado de Santa Catarina** fiscalizará o cumprimento do presente Compromisso de Ajustamento de Conduta em procedimento administrativo próprio, **intimando o compromissário da homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público do arquivamento destes Autos, para início do prazo para pagamento das obrigações pecuniárias ora assumidas.**

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Xanxerê, 07 de setembro de 2020.

**ANA CRISTINA BONI**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**

**AMARILDO RICARDO FORTES DOS SANTOS**  
**COMPROMISSÁRIO**